A TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA DO CONCEITO DE TERRITÓRIO NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Levon BOLIGIAN
Rosângela Doin de ALMEIDA

Introdução

Neste trabalho, parte-se do pressuposto de que a atual crise do ensino de Geografia, nas fases do Fundamental e Médio, deve-se, em grande parte, ao tipo de conhecimento geográfico que o sistema de ensino tem apresentado aos alunos: de maneira geral, uma Geografia escolar desatualizada, cujos conteúdos (oriundos de uma Geografia tradicional e descritiva) e os métodos (baseados na memorização de conceitos) não acompanharam as mudanças epistemológicas e conceituais ocorridas na esfera da Geografia acadêmica nas últimas décadas.

Dessa forma, torna-se clara a existência de um distanciamento entre o conhecimento geográfico científico e o conhecimento geográfico escolar, decorrente da desatualização dos conteúdos e dos métodos empregados pela Geografia escolar em relação àqueles da Geografia científica. Ou seja, o conhecimento ou o saber geográfico ensinado na escola apresenta-se envelhecido, gasto, em função daquilo que Chevallard (1991) chama de "obsolescência" diante das transformações sociais e científicas contemporâneas. Portanto, entende-se que este fato estaria distanciando o saber geográfico acadêmico do saber geográfico escolar.

Objetivos e metodologia do trabalho

Sabendo-se que o conhecimento ensinado na escola é, em grande parte, orientado pelos conteúdos selecionados e estabelecidos pelos currículos oficiais e pelos conteúdos programáticos dos livros didáticos, investigou-se neste trabalho, a maneira pela qual estes elementos do sistema de ensino promovem na disciplina de Geografia, aquilo que Chevallard (1991) denomina "transposição didática do saber", ou seja, de que forma transformam um "objeto de saber científico" - no caso deste estudo, o conceito de território - em um "objeto de ensino", ou melhor, em um saber a ser ensinado na sala de aula.

Antes de continuarmos a discorrer sobre o processo de transposição didática, é fundamental esclarecer alguns pontos a respeito da escolha do conceito de território – uma categoria fundamental da ciência geográfica – como objeto de análise dentro do currículo oficial e dos livros didáticos de Geografia.

Atualmente, é bastante difundida entre estudiosos da Educação, e mesmo do ensino de Geografia, a idéia de que a priorização do aprendizado de conteúdos conceituais é uma das principais formas de romper com uma tradição, ainda bastante forte, de se desenvolver

apenas a aprendizagem memorística de conteúdos factuais. Dessa forma, o uso de conceitos vem atribuir sentido ao processo educacional, ou seja, vem priorizar, aquilo que David Ausubel (AUSUBEL; NOVAK; HANESIAN, 1980) chama de processo de aprendizagem significativa dos conteúdos escolares. Isso porque, segundo Pozo (1998, p.21), para que "[...] os dados e os fatos adquiram significado, os alunos devem dispor de conceitos que lhes permitam interpreta-los".

De acordo com Moreira e Buchweitz (1993), para Ausubel, o processo de aprendizagem decorre da relação que estabelecemos, em nossas mentes, entre as novas idéias, informações e conceitos e aqueles que já havíamos apreendido anteriormente e que, de certa forma, encontravam-se disponíveis no interior de nossa estrutura cognitiva. Ainda segundo os autores (citados), Ausubel supõe que as pessoas pensam, basicamente, a partir de conceitos, os quais revelam o significado das coisas, ou seja, dos objetos, dos fenômenos ou dos eventos. Assim, para esses dois primeiros autores, a aprendizagem significativa "[...] envolve a interação da nova informação com uma estrutura de conhecimento específica, a qual Ausubel define como conceitos 'facilitadores', existentes na estrutura cognitiva do indivíduo".

Dessa maneira, entendemos que os conceitos ou as categorias-chave de cada ciência podem ser empregados como elementos "facilitadores" do processo de aprendizagem, na medida em que passam a nortear os conteúdos escolares, criando condições para que os processos pedagógicos tenham maior sucesso no âmbito da sala de aula.

Ao transportarmos essa discussão para a esfera da Geografia escolar, citamos Santos (1993), que afirma ser essencial ao currículo apresentar-se como um instrumento contemporâneo, aproximando os alunos da realidade por meio de conteúdos que mostrem como as relações entre as coisas são históricas e dinâmicas. Segundo esse autor, isso somente será possível por meio do ensino das categorias fundamentais da Geografia.

Neste estudo, propomos o território como um conceito "facilitador" no ensino de Geografia, por entendermos que todos os outros conceitos geográficos fundamentais estão, de certa forma, e em escalas diferentes, contidos implicitamente nesse conceito. Pela sua abrangência teórica, o conceito de território nos parece ser mais que um conceito-chave da Geografia. Na realidade, o território é, por assim dizer, um metaconceito da ciência geográfica.

O que é a transposição didática

A transposição didática apresenta-se como uma teoria sobre o que ocorre como o saber quando este percorre o "caminho" entre as esferas de conhecimento, isto é, quando parte da esfera científica, onde é produzido, rumo à esfera escolar, onde é ensinado.

A transposição surge como um dispositivo que permite analisar como o saber "passa", ou é transposto, de uma esfera de conhecimento para outra esfera. Permite analisar, também, quais transformações podem ocorrer nesse percurso, assim como quais são os atores ou elementos que interferem nessas transformações.

De acordo com Chevallard (1991), em cada esfera de conhecimento o saber é "preparado" de maneira diferente, adquirindo uma característica própria. Não se trata aqui, ao

tomar essa idéia como base, de promover uma análise segmentada do saber, mas de colocar em evidência o fato de existir uma diferenciação epistemológica em relação à produção do conhecimento. Segundo Rodrigo (1998), essa diferenciação ocorre de acordo com o "cenário sociocultural" onde o conhecimento é produzido. A autora propõe a existência de três cenários socioculturais distintos: o cotidiano, o escolar e o científico – além de um provável cenário profissional. Em cada um deles, desenvolve-se um tipo de conhecimento que, conseqüentemente, associa-se ou distingue-se a um tipo de "epistemologia construtiva" que norteia sobre "o que", "por que" e "como" os saberes são construídos.

Outro aspecto relevante para este estudo, é que a idéia de transposição didática rompe com aquele "esquema" tradicional e, segundo Chevallard (1991, p. 14), ultrapassado de se pensar e analisar o sistema didático a partir da "[...] tão famosa 'relação professor-aluno', que obscureceu, durante pelo menos duas décadas, a abordagem dos fatos didáticos os mais imediatamente aparentes".

Ocorre que a transposição didática insere um terceiro elemento nessa relação, o saber, criando assim uma "relação ternária: saber – professor – aluno". É o que Chevallard (1991, p. 14), chama de "relação ou contrato didático", base do esquema segundo o qual "[...] a didática dos matemáticos [e por que não dizer aqui dos geógrafos ou professores de Geografia] pode então começar a pensar o seu objeto" [1].

Diante de tais colocações, acreditamos na pertinência do modelo transpositivo para a realização deste estudo, como forma de contribuir para o avanço das análises científicas na área da didática do ensino de Geografia.

De acordo com Chevallard (1991), para a análise da transposição didática, possuem relevância os seguintes saberes:

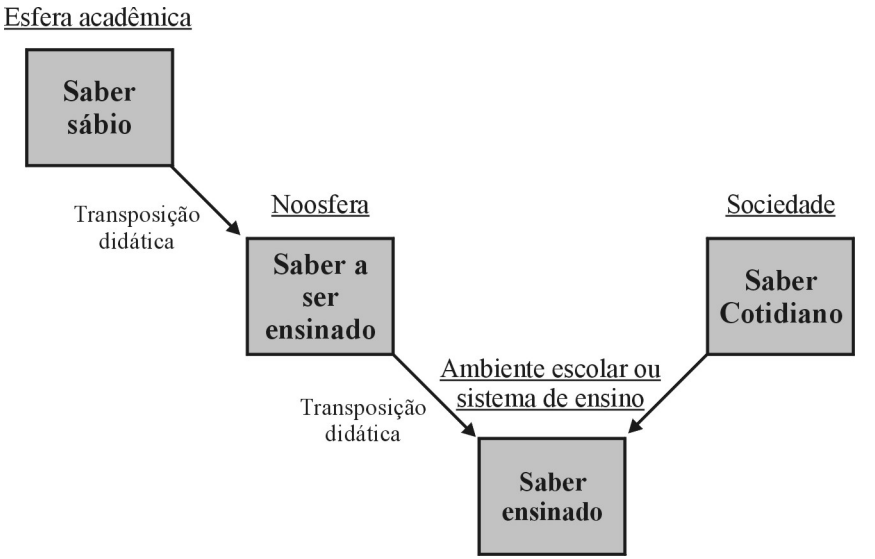
- O saber sábio: conjunto de conhecimentos elaborados e aperfeiçoados na esfera da comunidade acadêmica ou científica, por meio de pesquisas e/ ou reflexões teóricas. São aqueles conhecimentos aferidos e comprovados como lógicos e verdadeiros por meio de métodos de investigação científicos e, por isso, considerados como conhecimentos válidos e legítimos pela sociedade, de maneira geral.
- O saber a ensinar: conjunto de conhecimentos produzidos pelas pessoas que pensam a respeito do sistema de ensino e que, de certa forma, decidem "o que" e "como" estes devem ser adaptados no sentido de tornarem-se hábeis para que sejam transpostos para a sala de aula. Chevallard (1991) refere-se a esse grupo de "pensadores" do sistema de ensino como noosfera.

· O saber ensinado ou saber escolar: conhecimento que professor e alunos constroem em sala de aula, isto é, no ambiente escolar. É nesse ambiente que se dá o contrato didático, a relação ternária (saber – professor – aluno), como a inserção do saber a ensinar trazido pelos currículos e pelos livros didáticos, e do saber cotidiano, aquele introduzido pelos próprios professores e estudantes, assim como pelos funcionários da escola, pelos pais de alunos, etc.

[1] "(...) la didactique des mathématiques peut donc entreprendre de penser son object."

Há, assim, fluxos de saberes oriundos tanto da esfera científica (saber sábio), como da sociedade (saber cotidiano), os quais convergem para o sistema de ensino. O esquema a seguir (figura 1) visa representar esses fluxos, esferas de saber onde ocorre a transposição didática.

Figura 1 – A transposição didática segundo Chevallard (1991)



Elaborado por Levon Boligian (2003)

Perrenoud (1997), ao analisar o conceito de transposição didática estabelecido por Chevallard, propõe a existência de três fases diferentes, nas quais ocorrem as transformações entre o saber erudito e o saber escolar, de forma a tornar os conhecimentos "ensináveis" em sala de aula. São elas:

- a fase de transferência entre o saber sábio (produzido na esfera acadêmica) e o saber a ensinar ou a ser ensinado (produzido pela noosfera);
- a fase de transferência entre o saber a ser ensinado e o saber ensinado (aquele que se dá no interior do ambiente escolar ou do sistema de ensino);
- a fase entre o saber ensinado e o saber efetivamente adquirido pelo aluno.

Portanto, o foco de análise do trabalho foi estabelecido na fase de transferência entre o saber sábio (produzido na esfera acadêmica) e o saber a ser ensinado (produzido na noosfera), ou seja, traçou-se como objetivo, analisar como o conceito de território é "preparado" como saber a ser ensinado pela noosfera, grupo delimitado neste estudo como sendo composto pelos elaboradores dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1997; 1998) e pelos autores dos livros didáticos mais utilizados no país (ADAS, 1995; LUCCI, 2000; VESENTINI; VLACH, 2001) na atualidade.

Procedimentos de pesquisa

A fim de alcançarmos os objetivos propostos para este trabalho de investigação, desenvolvemos alguns procedimentos de pesquisa.

Em primeiro lugar, buscou-se, apreender o significado teórico acadêmico empregado ao conceito de território, por meio de uma ampla revisão bibliográfica de autores que discutem cientificamente esse conceito na esfera acadêmica.

Essa revisão bibliográfica levou em consideração as principais discussões que atualmente envolvem o território, não somente na esfera acadêmica da Geografia, mas da Sociologia, da Filosofia, entre outros. Foram analisados também, outros conceitos e noções a ele subentendidos, como os de territorialidade, Estado-nação, território nacional, organização e configuração territorial.

Para tanto, buscou-se o entendimento do significado teórico do território sob a perspectiva da teoria das relações de poder. De acordo com Raffestin (1993), o espaço é a base para formação do território, ele é a matéria-prima para a construção deste último. Na realidade, segundo este autor, em um espaço, propriamente dito, ainda não se deram relações de poder, relações onde um ator manifeste a intenção de apoderar-se deste espaço. Em contrapartida, um território enquanto tal, não exprime mais um espaço, mas um espaço construído pelo ator dominante, apropriado e organizado de acordo com seus objetivos e interesses. Ainda segundo Raffestin (1993), o território é sempre um enquadramento do poder ou de um poder, em um determinado recorte espacial. Nesse sentido, e, de acordo com as leituras teóricas realizadas, concluímos que as relações de poder se dão em diferentes escalas territoriais. A escala do território determina a escala dos poderes. Existem poderes que interferem em diferentes escalas territoriais, como é o caso do Estado. Contudo, há poderes que estão limitados a determinadas escalas territoriais. Assim sendo, temos relações de poder em diferentes escalas: local, regional, nacional, supranacional, etc., produzindo uma multiplicidade de territórios, cada qual com uma territorialidade diferente, ou seja, com uma dimensão própria, e um conteúdo específico, sendo apropriado, apreendido e vivenciado de maneira singular pelos atores sociais.

A partir da revisão bibliográfica, foi organizado em seguida um mapa conceitual teórico sobre o território, com o objetivo de promover uma análise constitucional deste conceito.

De acordo com Moreira e Buchweitz (1993), os mapas conceituais podem ser elaborados de várias maneiras, ou seja, há diferentes formas de se estabelecer, num diagrama – neste caso o mapa – as relações necessárias entre conceitos e entre conceitos e proposições. Segundo Faria (1995), levando em consideração a teoria da aprendizagem significativa de David Ausubel, têm-se alguns princípios básicos que servem como critério para a seleção e organização dos itens que compõem os mapas conceituais. Entre os principais estão:

- selecionar os conceitos, noções e proposições considerados como unificadores de uma determinada ciência;
- priorizar os conceitos e proposições que possuem amplo poder explicativo, de forma a possibilitar generalizações e relações com os conteúdos que fazem parte do corpo da disciplina.

Neste sentido, Pozo (1998) coloca que um conceito científico não é um elemento

isolado, mas faz parte de uma grande teia de conceitos, organizada hierarquicamente. Assim sendo, foram elaborados dois mapas conceituais a respeito do conceito de território, cada qual organizado de forma hierárquica, apresentando-se, em primeiro lugar, as idéias (conceitos e proposições) mais gerais e, seqüencialmente, as idéias mais específicas, ou subordinadas, apontando-se graficamente no diagrama as relações existentes entre eles. Posto dessa forma, Moreira e Buchweitz (1993) colocam que o mapa conceitual permite o "desempacotamento" dos conhecimentos contidos nos documentos científicos, tornando-os próprios para serem usados no ensino, ou, como expressam estes mesmos autores, próprios para fins educacionais.

Vejamos, então, os mapas conceituais referentes ao território (figura 2) e ao território nacional (figura 3), construídos com base no referencial teórico levantado.

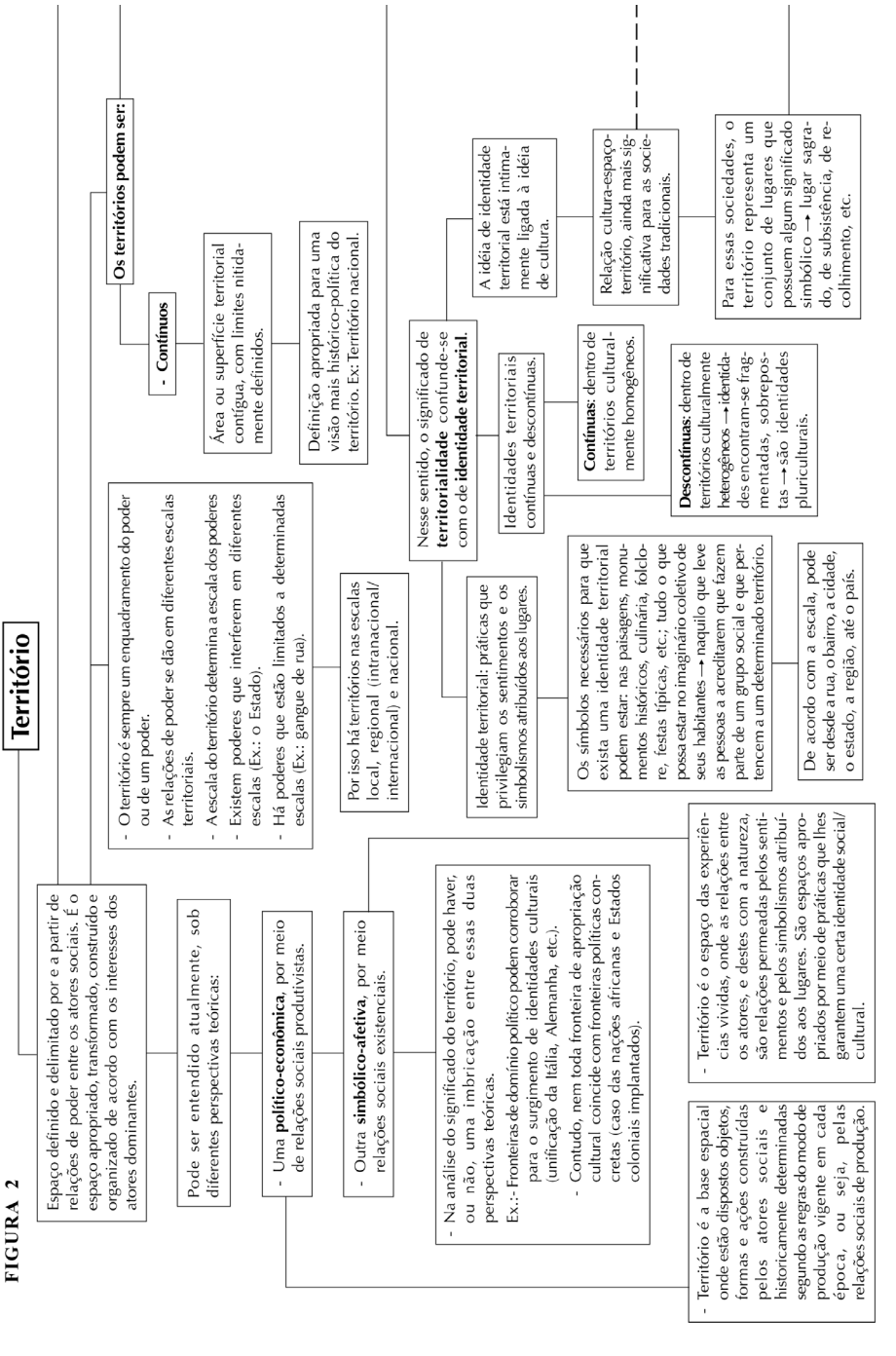
Seguindo a descrição dos procedimentos de pesquisa, com base no levantamento bibliográfico teórico e nos mapas conceituais elaborados, investigou-se, na seqüência, a proposta de transposição que os Parâmetros Curriculares Nacional (PCN) (BRASIL, 1997; 1998) e que os livros didáticos mencionados estabeleceram para o conceito de território. Para tanto, foi utilizado como método de investigação científica o modelo de interpretação teórica da "transposição didática", assim como o exercício de "vigilância epistemológica", conceitos estabelecidos pelo matemático Yves Chevallard. Ou seja, a partir de uma posição externa ao sistema didático, como observador do objeto de estudo, verificou-se de que maneira esses agentes propuseram transformações ao saber erudito, neste caso ao conceito de território, de maneira a torna-lo "ensinável" em sala de aula, e se neste processo foi preservada a essência de sua semântica estruturante, oriunda do pensamento geográfico científico.

Resultados da investigação

No caso dos PCN foram constatados vários problemas, a partir do exercício de vigilância epistemológica.

- Os referenciais teóricos utilizados pelos autores em relação ao conceito de território são pouco claros, tornando difícil a identificação de seu significado e a corrente à qual é atribuído, fato que se agrava quando se sabe que, atualmente, diversos estudiosos da Geografia discutem este conceito, enquanto categoria de análise geográfica. Assim, mesmo fazendo uma análise da bibliografia citada no final de cada documento, tornou-se difícil detectar as concepções que nortearam as reflexões teóricas dos elaboradores, pois são poucas as referências que tratam especificamente das discussões científicas a respeito do território.
- Constatou-se que o significado do conceito de território nos PCN mostra-se, na maioria das vezes, desvinculado de seu mote teórico fundamental – as relações de poder. Entende-se que esse tratamento dispensado pelos autores ao conceito, se apresenta semanticamente míope. Por outro lado, encontra-se adequado à tônica despolitizada e, de certa forma, acrítica que permeia os documentos de maneira geral. Pois, na realidade, há uma preocupação maior com a dimensão sociocultural das relações humanas, do que com as questões de ordem econômica, política e

FIGURA 2


Território
Espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder entre os atores sociais. É o espaço apropriado, transformado, construído e organizado de acordo com os interesses dos atores dominantes.
Pode ser entendido atualmente, sob diferentes perspectivas teóricas:
- Uma **político-econômica**, por meio de relações sociais produtivistas.
- Outra **simbólico-afetiva**, por meio relações sociais existenciais.
- Na análise do significado do território, pode haver, ou não, uma imbricação entre essas duas perspectivas teóricas.
Ex.: - Fronteiras de domínio político podem corroborar para o surgimento de identidades culturais (unificação da Itália, Alemanha, etc.).
- Contudo, nem toda fronteira de apropriação cultural coincide com fronteiras políticas concretas (caso das nações africanas e Estados coloniais implantados).
- Território é a base espacial onde estão dispostos objetos, formas e ações construídas pelos atores sociais e historicamente determinadas segundo as regras do modo de produção vigente em cada época, ou seja, pelas relações sociais de produção.
- Território é o espaço das experiências vividas, onde as relações entre os atores, e destes com a natureza, são relações permeadas pelos sentimentos e pelos simbolismos atribuídos aos lugares. São espaços apropriados por meio de práticas que lhes garantem uma certa identidade social/cultural.
- O território é sempre um enquadramento do poder ou de um poder.
- As relações de poder se dão em diferentes escalas territoriais.
- A escala do território determina a escala dos poderes
- Existem poderes que interferem em diferentes escalas (Ex.: o Estado).
- Há poderes que estão limitados a determinadas escalas (Ex.: gangue de rua).
Por isso há territórios nas escalas local, regional (intranacional/internacional) e nacional.
Os territórios podem ser:
- Contínuos
Área ou superfície territorial contígua, com limites nitidamente definidos.
Definição apropriada para uma visão mais histórico-política do território. Ex: Território nacional.
Nesse sentido, o significado de **territorialidade** confunde-se com o de **identidade territorial**.
Identidade territorial: práticas que privilegiam os sentimentos e os simbolismos atribuídos aos lugares.
Os símbolos necessários para que exista uma identidade territorial podem estar: nas paisagens, monumentos históricos, culinária, folclore, festas típicas, etc.; tudo o que possa estar no imaginário coletivo de seus habitantes → naquilo que leve as pessoas a acreditarem que fazem parte de um grupo social e que pertencem a um determinado território.
De acordo com a escala, pode ser desde a rua, o bairro, a cidade, o estado, a região, até o país.
Identidades territoriais contínuas e descontínuas.
Contínuas: dentro de territórios culturalmente homogêneos.
Descontínuas: dentro de territórios culturalmente heterogêneos → identidades encontram-se fragmentadas, sobrepostas → são identidades pluriculturais.
A idéia de identidade territorial está intimamente ligada à idéia de cultura.
Relação cultura-espaço-território, ainda mais significativa para as sociedades tradicionais.
Para essas sociedades, o território representa um conjunto de lugares que possuem algum significado simbólico → lugar sagrado, de subsistência, de recolhimento, etc.

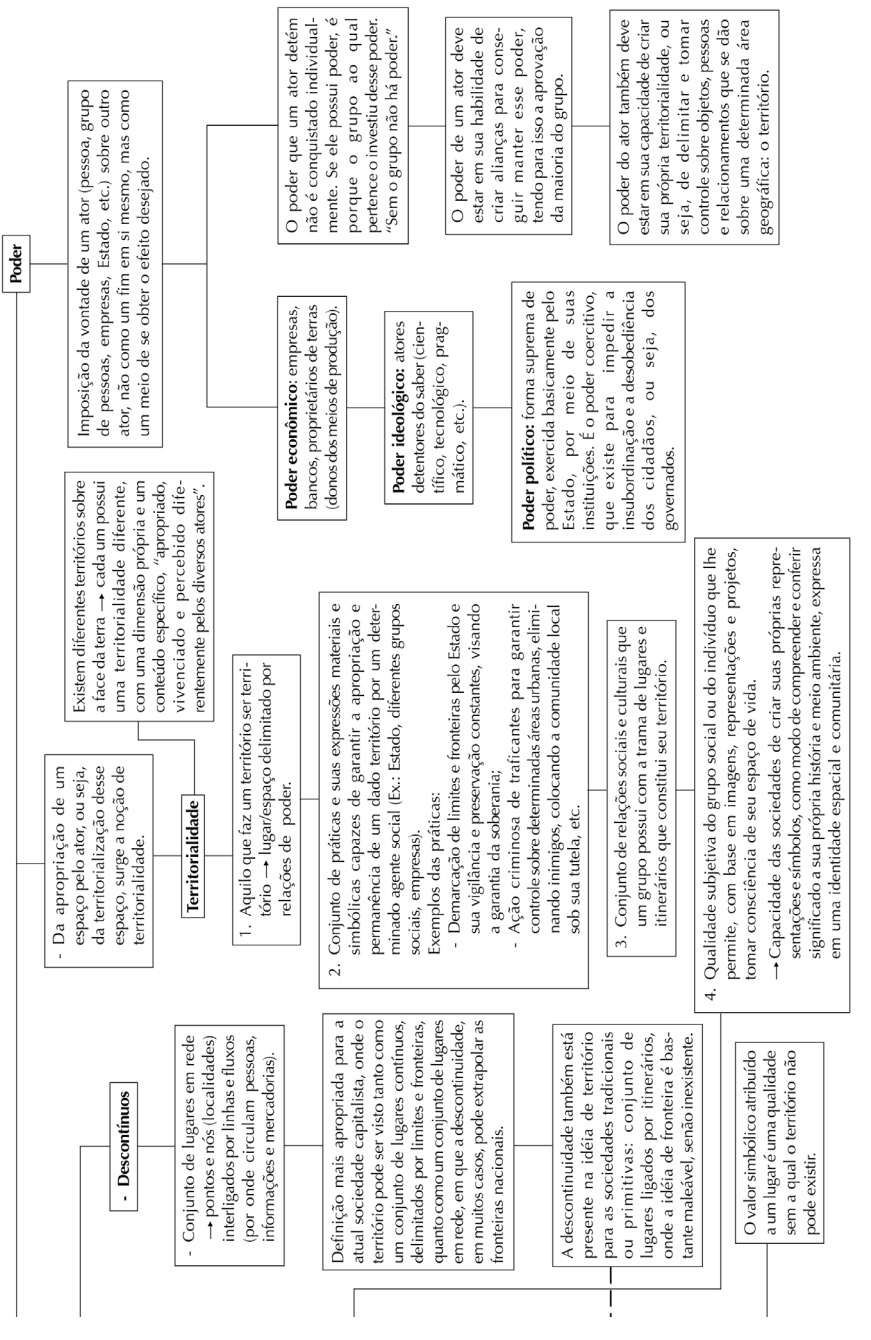
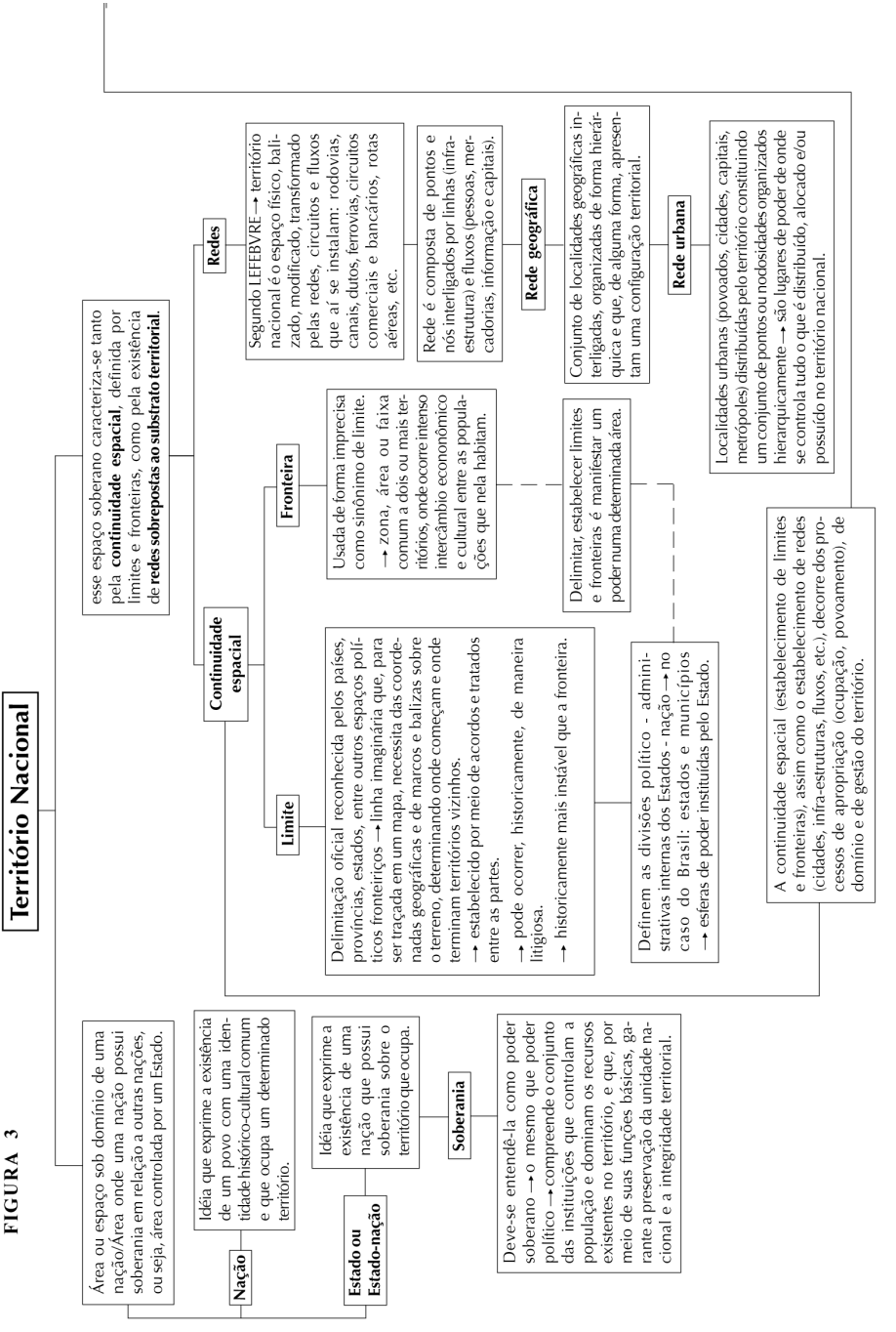
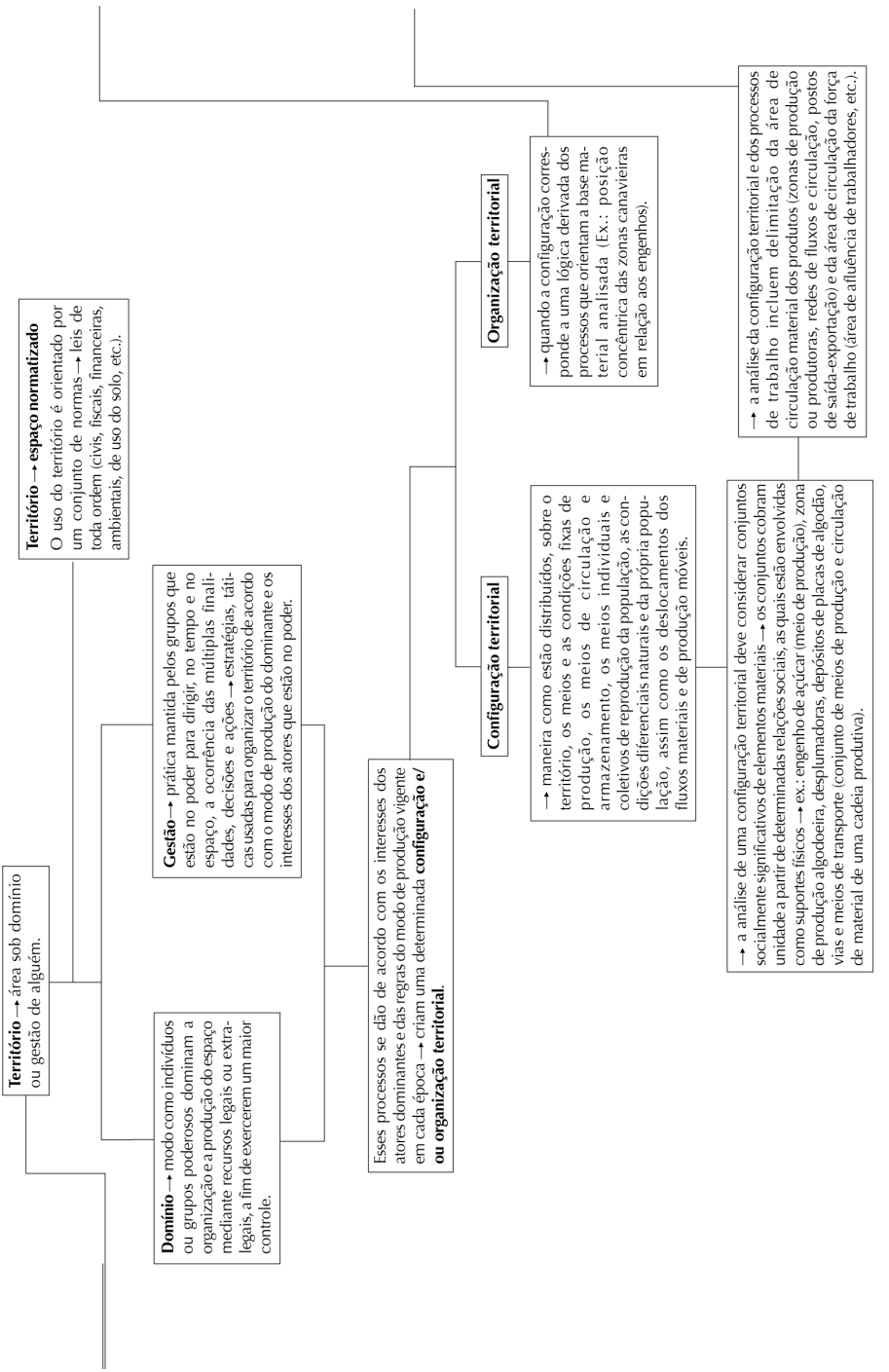
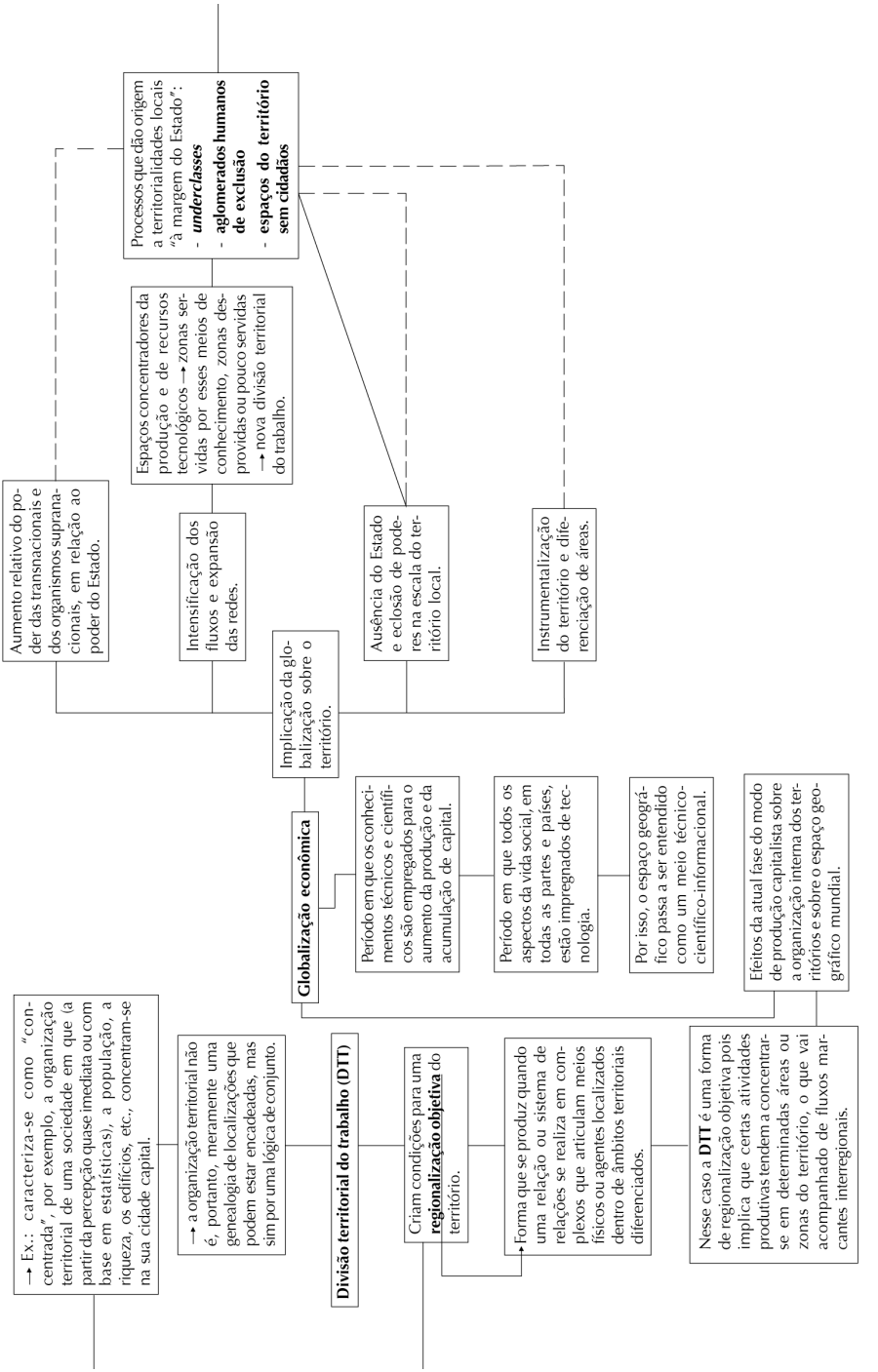
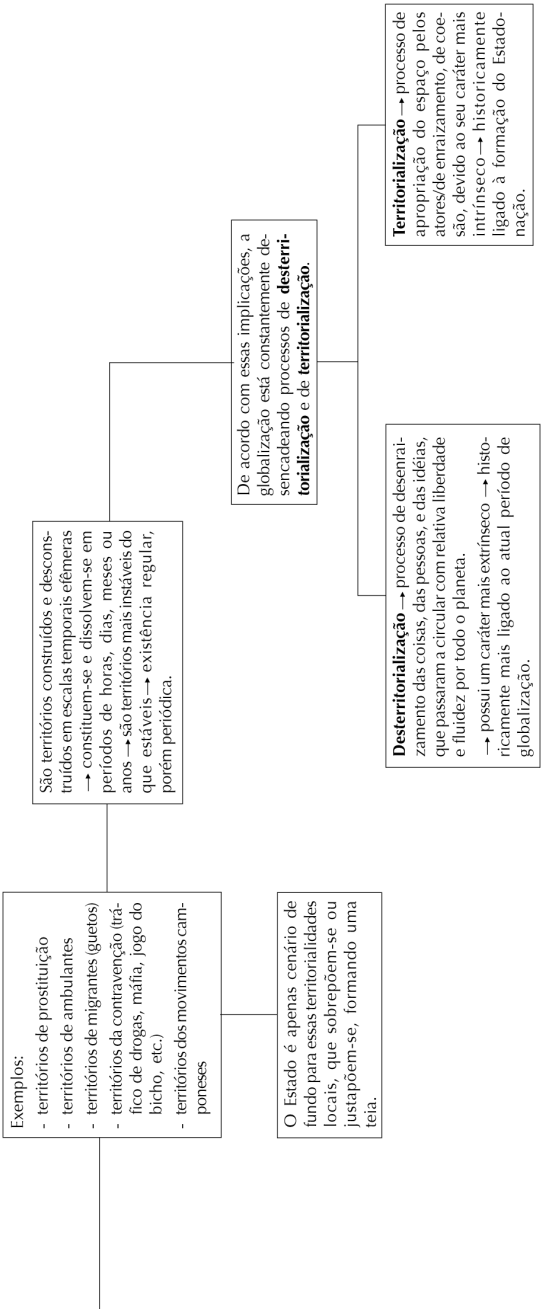

Poder
Imposição da vontade de um ator (pessoa, grupo de pessoas, empresas, Estado, etc.) sobre outro ator, não como um fim em si mesmo, mas como um meio de se obter o efeito desejado.
O poder que um ator detém não é conquistado individualmente. Se ele possui poder, é porque o grupo ao qual pertence o investiu desse poder. "Sem o grupo não há poder."
O poder de um ator deve estar em sua habilidade de criar alianças para conseguir manter esse poder, tendo para isso a aprovação da maioria do grupo.
O poder do ator também deve estar em sua capacidade de criar sua própria territorialidade, ou seja, de delimitar e tomar controle sobre objetos, pessoas e relacionamentos que se dão sobre uma determinada área geográfica: o território.
Poder econômico: empresas, bancos, proprietários de terras (donos dos meios de produção).
Poder ideológico: atores detentores do saber (científico, tecnológico, pragmático, etc.).
Poder político: forma suprema de poder, exercida basicamente pelo Estado, por meio de suas instituições. É o poder coercitivo, que existe para impedir a insubordinação e a desobediência dos cidadãos, ou seja, dos governados.
Existem diferentes territórios sobre a face da terra → cada um possui uma territorialidade diferente, com uma dimensão própria e um conteúdo específico, "apropriado, vivenciado e percebido diferentemente pelos diversos atores".
- Da apropriação de um espaço pelo ator, ou seja, da territorialização desse espaço, surge a noção de territorialidade.
Territorialidade
1. Aquilo que faz um território ser território → lugar/espaço delimitado por relações de poder.
2. Conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantir a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social (Ex.: Estado, diferentes grupos sociais, empresas).
Exemplos das práticas:
- Demarcação de limites e fronteiras pelo Estado e sua vigilância e preservação constantes, visando a garantia da soberania;
- Ação criminosa de traficantes para garantir controle sobre determinadas áreas urbanas, eliminando inimigos, colocando a comunidade local sob sua tutela, etc.
3. Conjunto de relações sociais e culturais que um grupo possui com a trama de lugares e itinerários que constitui seu território.
4. Qualidade subjetiva do grupo social ou do indivíduo que lhe permite, com base em imagens, representações e projetos, tomar consciência de seu espaço de vida.
→ Capacidade das sociedades de criar suas próprias representações e símbolos, como modo de compreender e conferir significado a sua própria história e meio ambiente, expressa em uma identidade espacial e comunitária.
- Descontínuos
- Conjunto de lugares em rede → pontos e nós (localidades) interligados por linhas e fluxos (por onde circulam pessoas, informações e mercadorias).
Definição mais apropriada para a atual sociedade capitalista, onde o território pode ser visto tanto como um conjunto de lugares contínuos, delimitados por limites e fronteiras, quanto como um conjunto de lugares em rede, em que a descontinuidade, em muitos casos, pode extrapolar as fronteiras nacionais.
A descontinuidade também está presente na idéia de território para as sociedades tradicionais ou primitivas: conjunto de lugares ligados por itinerários, onde a idéia de fronteira é bastante maleável, senão inexistente.
O valor simbólico atribuído a um lugar é uma qualidade sem a qual o território não pode existir.

FIGURA 3


Território Nacional
Área ou espaço sob domínio de uma nação/Área onde uma nação possui soberania em relação a outras nações, ou seja, área controlada por um Estado.
Nação
Idéia que exprime a existência de um povo com uma identidade histórico-cultural comum e que ocupa um determinado território.
Estado ou Estado-nação
Idéia que exprime a existência de uma nação que possui soberania sobre o território que ocupa.
Soberania
Deve-se entendê-la como poder soberano → o mesmo que poder político → compreende o conjunto das instituições que controlam a população e dominam os recursos existentes no território, e que, por meio de suas funções básicas, garante a preservação da unidade nacional e a integridade territorial.
esse espaço soberano caracteriza-se tanto pela continuidade espacial, definida por limites e fronteiras, como pela existência de redes sobrepostas ao substrato territorial.
Continuidade espacial
Limite
Delimitação oficial reconhecida pelos países, províncias, estados, entre outros espaços políticos fronteiriços → linha imaginária que, para ser traçada em um mapa, necessita das coordenadas geográficas e de marcos e balizas sobre o terreno, determinando onde começam e onde terminam territórios vizinhos.
→ estabelecido por meio de acordos e tratados entre as partes.
→ pode ocorrer, historicamente, de maneira litigiosa.
→ historicamente mais instável que a fronteira.
Definem as divisões político - administrativas internas dos Estados - nação → no caso do Brasil: estados e municípios
→ esferas de poder instituídas pelo Estado.
Fronteira
Usada de forma imprecisa como sinônimo de limite.
→ zona, área ou faixa comum a dois ou mais territórios, onde ocorre intenso intercâmbio econonômico e cultural entre as populações que nela habitam.
Delimitar, estabelecer limites e fronteiras é manifestar um poder numa determinada área.
A continuidade espacial (estabelecimento de limites e fronteiras), assim como o estabelecimento de redes (cidades, infra-estruturas, fluxos, etc.), decorre dos processos de apropriação (ocupação, povoamento), de domínio e de gestão do território.
Redes
Segundo LEFEBVRE → território nacional é o espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, dutos, ferrovias, circuitos comerciais e bancários, rotas aéreas, etc.
Rede é composta de pontos e nós interligados por linhas (infra-estrutura) e fluxos (pessoas, mercadorias, informação e capitais).
Rede geográfica
Conjunto de localidades geográficas interligadas, organizadas de forma hierárquica e que, de alguma forma, apresentam uma configuração territorial.
Rede urbana
Localidades urbanas (povoados, cidades, capitais, metrópoles) distribuídas pelo território constituindo um conjunto de pontos ou nodosidades organizados hierarquicamente → são lugares de poder de onde se controla tudo o que é distribuído, alocado e/ou possuído no território nacional.


Território → área sob domínio ou gestão de alguém.
Território → espaço normatizado
O uso do território é orientado por um conjunto de normas → leis de toda ordem (civis, fiscais, financeiras, ambientais, de uso do solo, etc.).
Domínio → modo como indivíduos ou grupos poderosos dominam a organização e a produção do espaço mediante recursos legais ou extra-legais, a fim de exercerem um maior controle.
Gestão → prática mantida pelos grupos que estão no poder para dirigir, no tempo e no espaço, a ocorrência das múltiplas finalidades, decisões e ações → estratégias, táticas usadas para organizar o território de acordo com o modo de produção do dominante e os interesses dos atores que estão no poder.
Esses processos se dão de acordo com os interesses dos atores dominantes e das regras do modo de produção vigente em cada época → criam uma determinada **configuração e/ou organização territorial**.
Configuração territorial
Organização territorial
→ maneira como estão distribuídos, sobre o território, os meios e as condições fixas de produção, os meios de circulação e armazenamento, os meios individuais e coletivos de reprodução da população, as condições diferenciais naturais e da própria população, assim como os deslocamentos dos fluxos materiais e de produção móveis.
→ quando a configuração corresponde a uma lógica derivada dos processos que orientam a base material analisada (Ex.: posição concêntrica das zonas canavieiras em relação aos engenhos).
→ a análise de uma configuração territorial deve considerar conjuntos socialmente significativos de elementos materiais → os conjuntos cobram unidade a partir de determinadas relações sociais, as quais estão envolvidas como suportes físicos → ex.: engenho de açúcar (meio de produção), zona de produção algodoeira, desplumadoras, depósitos de placas de algodão, vias e meios de transporte (conjunto de meios de produção e circulação de material de uma cadeia produtiva).
→ a análise da configuração territorial e dos processos de trabalho incluem delimitação da área de circulação material dos produtos (zonas de produção ou produtoras, redes de fluxos e circulação, postos de saída-exportação) e da área de circulação da força de trabalho (área de afluência de trabalhadores, etc.).


→ Ex.: caracteriza-se como "concentrada", por exemplo, a organização territorial de uma sociedade em que (a partir da percepção quase imediata ou com base em estatísticas), a população, a riqueza, os edifícios, etc., concentram-se na sua cidade capital.
→ a organização territorial não é, portanto, meramente uma genealogia de localizações que podem estar encadeadas, mas sim por uma lógica de conjunto.
Divisão territorial do trabalho (DTT)
Criam condições para uma regionalização objetiva do território.
Forma que se produz quando uma relação ou sistema de relações se realiza em complexos que articulam meios físicos ou agentes localizados dentro de âmbitos territoriais diferenciados.
Nesse caso a DTT é uma forma de regionalização objetiva pois implica que certas atividades produtivas tendem a concentrar-se em determinadas áreas ou zonas do território, o que vai acompanhado de fluxos mercantes interregionais.
Globalização econômica
Período em que os conhecimentos técnicos e científicos são empregados para o aumento da produção e da acumulação de capital.
Período em que todos os aspectos da vida social, em todas as partes e países, estão impregnados de tecnologia.
Por isso, o espaço geográfico passa a ser entendido como um meio técnico-científico-informacional.
Efeitos da atual fase do modo de produção capitalista sobre a organização interna dos territórios e sobre o espaço geográfico mundial.
Implicação da globalização sobre o território.
Aumento relativo do poder das transnacionais e dos organismos supranacionais, em relação ao poder do Estado.
Intensificação dos fluxos e expansão das redes.
Espaços concentradores da produção e de recursos tecnológicos → zonas servidas por esses meios de conhecimento, zonas desprovidas ou pouco servidas → nova divisão territorial do trabalho.
Processos que dão origem a territorialidades locais "à margem do Estado":
- underclasses
- aglomerados humanos de exclusão
- espaços do território sem cidadãos
Ausência do Estado e eclosão de poderes na escala do território local.
Instrumentalização do território e diferenciação de áreas.


Exemplos:
- territórios de prostituição
- territórios de ambulantes
- territórios de migrantes (guetos)
- territórios da contravenção (tráfico de drogas, máfia, jogo do bicho, etc.)
- territórios dos movimentos camponeses
O Estado é apenas cenário de fundo para essas territorialidades locais, que sobrepõem-se ou justapõem-se, formando uma teia.
São territórios construídos e desconstruídos em escalas temporais efêmeras → constituem-se e dissolvem-se em períodos de horas, dias, meses ou anos → são territórios mais instáveis do que estáveis → existência regular, porém periódica.
De acordo com essas implicações, a globalização está constantemente desencadeando processos de **desterritorialização** e de **territorialização**.
Desterritorialização → processo de desenraizamento das coisas, das pessoas, e das idéias, que passaram a circular com relativa liberdade e fluidez por todo o planeta.
→ possui um caráter mais extrínseco → historicamente mais ligado ao atual período de globalização.
Territorialização → processo de apropriação do espaço pelos atores/de enraizamento, de coesão, devido ao seu caráter mais intrínseco → historicamente ligado à formação do Estado-nação.

ideológica.

Os livros didáticos também apresentaram problemas na preparação do conceito de território.

- Os autores analisados deram pouca atenção ao conceito em estudo. Privilegiou-se na maioria dos volumes, o trabalho com os conceitos de espaço geográfico e paisagem, assim como a noção de regionalização. Na realidade, detectou-se um trabalho concentrado a respeito do conceito de território nos volumes de 6ª série, característica que revelou, também, um planejamento descontínuo de apresentação dos conteúdos conceituais nestas coleções, não somente com relação ao conceito de território, mas aos demais conceitos básicos da Geografia.
- Há o predomínio de uma abordagem político-econômica que permeia os conteúdos relacionados ao conceito de território, na maioria das vezes, abordado na escala do território nacional e do Estado-nação. Poucas são as menções feitas a existência de processos territorializantes na escala local.

Dessa forma, o resultado da análise efetuada veio confirmar a principal hipótese de estudo: os PCN e as coleções de didáticos de Geografia de maior adoção no país, são elementos do sistema de ensino que falham na transposição de conteúdos oriundos da esfera científica para a esfera escolar, visto a série de imprecisões e de incongruências conceituais e teóricas verificadas nestes documentos, em relação à categoria geográfica de território.

Conclusão

Entendemos que as questões levantadas neste estudo, a respeito dos PCN de Geografia e dos livros didáticos para o ensino fundamental, por meio da metodologia empregada, configuram-se como problemas à transposição do saber geográfico entre as esferas científica e escolar. Sabendo-se disso, acreditamos que tais problemas devem ser superados, de forma a se alcançar, na disciplina de Geografia, o que Chevallard (1991) chama de "bom funcionamento do sistema didático". Para tanto, há a necessidade de um esforço maior por parte das pessoas que pensam o ensino de Geografia, professores, profissionais da área da didática, acadêmicos, burocratas de órgãos públicos, etc. Isso significa dizer que a noosfera geográfica precisa criar um diálogo melhor entre a ciência geográfica e as disciplinas da educação, promovendo, assim, uma "didatização" e uma "pedagogização" das teorias e dos conteúdos relacionados ao saber geográfico.

Referências

ADAS, Melhem. **Geografia**, volumes 1, 2, 3 e 4. 3ª edição. São Paulo: Moderna, 1995.

AUSUBEL, D.; NOVAK, J.; HANESIAN, H. **Psicologia educacional**, Rio de Janeiro: Interamericans, 1980.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** história, geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** geografia. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CHEVALLARD, Yves. **La transposition didactique:** du savoir savant au savoir enseigné. Grenoble: Ed. La Pensée Sauvage, 1991.

FARIA, Wilson de. **Mapas conceituais:** aplicações ao ensino, currículo e avaliação. São Paulo: EPU, 1995.

LUCCI, Elian Alabi. **Geografia:** homem e espaço, volumes 1, 2, 3 e 4. 16ª edição. São Paulo: Saraiva Editores, 2000.

MOREIRA, Marco António; BUCHWEITZ, Bernardo. **Novas estratégias de ensino aprendizagem:** os mapas conceptuais e o Vê epistemológico. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 1993.

PERRENOUD, Phillippe. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação:** perspectivas sociológicas. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

POZO, Juan Ignácio. A aprendizagem e o ensino de fatos e conceitos. In: COLL, César et al. **Os conteúdos na reforma:** ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. p.17-72.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGO, Maria José. Do cenário sociocultural ao construtivismo episódico: uma viagem ao conhecimento escolar mediante as teorias implícitas. In: RODRIGO, Maria; ARNAY, José. **Conhecimento cotidiano, escolar e científico**: representação e mudança. São Paulo: Ática, 1998. p.219-238. A construção do conhecimento escolar, n.1.

SANTOS, Milton. Mesa redonda: A formação do professor de Geografia. **Orientação**, São Paulo, n. 10, p. 44-57, 1993.

VESENTINI, José William; VLACH, Vânia. **Geografia Crítica**, volumes 1,2,3 e 4. 15ª edição. São Paulo: Ática, 2001.